

“Cerca de 300 bancos já aderiram ao acordo da dívida”, diz Malan

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O negociador da dívida externa, Pedro Malan, chegou ao Brasil neste último fim de semana e, apanhado em Brasília em meio mudança no Ministério da Fazenda, passou ontem alguns momentos atendendo a telefonemas de representantes de bancos credores privados, interessados em saber o que estava acontecendo no governo do presidente Itamar Franco. Um desses telefonemas partiu do vice-presidente da área internacional do Citibank e coordenador do comitê de bancos credores, William Rhodes.

O Citibank, maior credor privado internacional do País, é justamente um dos cerca de trezentos bancos que já aderiram ao acordo de reescalonamento da dívida externa de médio e longo prazos e, como se previa, optou por converter parte de seus créditos em “new money bond”, instrumento que prevê a alocação de 18,18% da dívida velha em aporte de “dinheiro novo”.

Este título pagará juros de mercado. “O maior percentual de adesão ao dinheiro novo é do Citibank mas outros grandes bancos credores também aderiram a este instrumento”,

disse ontem Malan a este jornal, confiante de que a troca de ministros não afetará o processo de adesão dos bancos ao acordo da dívida.

ESTOQUE

Até ontem, segundo o último levantamento do departamento da dívida externa (Dediv) do BC, as adesões abrangiam cerca de 55% do estoque da dívida, envolvendo algo em torno de US\$ 22 bilhões. O bônus ao par (que permite a conversão da dívida velha por papéis sem desconto que pagam taxa fixa de juros ao longo de trinta anos) tem até aqui a preferência de mais da metade das opções que chegaram ao BC.

Se mantido esse passo, é possível que o processo de adesão tenha de ser revisto automaticamente pelo comitê de bancos credores, dentro das regras previstas, a partir de 15 de março em razão do peso desproporcional do valor de garantias.

Até lá, Malan acha que será atingida a massa crítica de adesão de 95% no mínimo do valor dos créditos envolvidos na negociação. “Há um incentivo para isso”, lembra Malan, “pois quem aderir até 15 de março receberá a diferença de 20% dos juros devidos e não pagos no período entre 1º de janeiro de 1992 e 9 de ju-



Pedro Malan

lho de 1992 (quando o acordo foi fechado em princípio com o comitê)”.

A questão das garantias é crucial para a efetivação do acordo porque depende da alocação de no mínimo US\$ 3,2 bilhões (dependendo da configuração da distribuição dos instrumentos entre os credores no momento da troca da dívida velha).

O negociador da dívida atestou ontem a este jornal que o Brasil estará discutindo nas próximas semanas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) (ver matéria nesta página), fazendo questão de frisar que nunca falou em prazos e que jamais previu

o fechamento do acordo com o FMI no prazo de duas semanas.

FMI

A mudança do ministro da Fazenda, acredita, não deverá afetar o processo de entendimento entre o País e o FMI: “tão logo o novo ministro da Fazenda (Eli-seu Resende) forme sua equipe devem ser retomadas as conversas com o Fundo”.

Para Malan, a disposição do FMI em retomar o acordo firmado em janeiro de 1992 — “e que continua em vigor, porque não foi denunciado do ponto de vista formal por nenhuma das partes”, disse ele — foi reiterada pelo chefe da divisão do Atlântico Sul daquele organismo, José Fajgembaum, durante a “road-show” (apresentação do acordo feita aos credores em várias praças do mercado financeiro internacional no início de fevereiro).

“Ele acompanhou a equipe brasileira todo o tempo e disse que uma missão do FMI seria enviada ao Brasil no dia 1º de março para elaborar o relatório do artigo 4º e dar continuidade às conversas, visando a elaboração de um programa que possa contar com o apoio do FMI”, disse Malan, que ficará em Brasília durante toda esta semana.